

ATA DA TRECENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO DA JUNTA PLENA

JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

Data: 26 de agosto de 2025

Local: Plenário da JURAT.

Horário: 14h.

Reunião nº 29/2025

Presentes: Arli Zimpel, Cristiano de Oliveira Schappo, Denise da Silveira Peres de Aquino Costa, Jéssica Eiselt, Miqueas Libório de Jesus, Osni Sidnei Munhoz, Priscila Zanghelini Gesser, Rosilaine Bokorni, Simone Haritsch e Dra. Francieli Cristini Schulz.

Presidiu os trabalhos o Presidente da Junta Plena (em exercício) Sr. Maico Bettoni e secretariou a Sra. Cláudia Miranda Daufenbach.

Pauta: 1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior, 2 - Julgamento de Processos, 3 - Aprovação de Acórdãos.

Deliberações: 1 - **Aprovação das Atas das Sessões Anteriores:** Ata da sessão 27/2025 aprovada sem mais observações. 2 - **Julgamento de Processos:** Processo 1497/2018 - Protocolo nº 2025/2019, SEI nº 25.0.133593-1 e Remessa de Ofício nº 08/2025, em que é recorrente/recorrido Jaime Geraldo Pereira, sendo relator(a) Jéssica Eiselt.

Assunto: Isenção de IPTU de 2015, 2016 e 2017. A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Dra. Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento do recurso e provimento da remessa, para reformar a decisão de primeira instância, acrescentando que o contribuinte não se adequou aos requisitos isentivos da Lei 366/2011, que o mesmo teve tempo hábil para se adaptar. Após a fase de discussão, a relatora fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer e dar provimento ao recurso e negar provimento à remessa de ofício, para estender a isenção também aos exercícios de 2015 e 2016, mantendo-se a decisão da Câmara quanto ao exercício de 2017. Em seguida, a Dra. Regina Bachtold Pereira, representante do contribuinte, fez a sua manifestação oral. Argumentou que trata-se de uma casa de enxaimel, bem conservada e que sempre teve a isenção de IPTU com base na LCM 79/99. O contribuinte nunca precisou pedir a isenção, o Município sempre concedeu. Acrescentou que o IPCJ define o grau de preservação, e a partir da LCM 366/2011 foi pedido a isenção e a Secretaria da Fazenda alegava que a lei não havia sido regulamentada, tendo a Jurat concedido a isenção em outros anos, até 2014. Em 2014 foi negada a isenção também sob o argumento de não regulamentação da lei 366, sob a justificativa de que o contribuinte tinha de pedir a inscrição no IPCJ. Por fim, pediu concessão da isenção do IPTU para os anos 2015 e 2016 e para que se mantenha a decisão quanto ao IPTU de 2017. Após a contribuinte, a Dra. Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer, fundamentando que o reconhecimento da imunidade é um ato declaratório. Passados aos votos, a julgadora Priscila Zanghelini Gesser divergiu do voto da relatora, para dar provimento à remessa, quanto ao exercício de 2017, e desprovimento do recurso para os anos de 2015 e 2016. Acrescentou que a LCM 366/2011 dispõe que a isenção é para imóveis cadastrados e não em processo de cadastramento. Destaca que não há possibilidade de retroagir os efeitos da isenção sobre os exercícios de 2015 a 2017, pois tal benefício só pode ser concedido a partir do fato gerador no qual os requisitos estiverem atendidos, o que, no presente caso, veio a ocorrer somente em 2018, com efeitos a partir de 2019. Acrescenta que o benefício fiscal que retroage para excluir o crédito tributário é a remissão (art. 156, IV, do CTN), que depende de

ATA DA TRECENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO DA JUNTA PLENA

JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

previsão legal expressa, inexistente nesta situação. O julgador Osni Sidnei Munhoz acompanhou integralmente a relatora, fundamentos da instrução número 30 do IPCJ, onde os técnicos fizeram histórico do imóvel, e a vistoria ocorreu em 05/02/2018, onde foi atestado em 75% o nível de preservação do imóvel, não tendo o contribuinte a obrigatoriedade de fazer o cadastro e sim, é intenção do Município em manter a preservação desses imóveis. A julgadora Rosilaine Borkorni acompanhou a divergência e argumentou que, em se tratando de isenção, o artigo 179 do CTN afirma que a lei concede a isenção e disciplina os requisitos e. no caso em exame, o requisito é estar cadastrado no IPCJ, o que não ocorreu. A julgadora Denise da Silveira Peres de Aquino Costa acompanhou a relatora. O julgador Miqueas Libório de Jesus acompanhou o voto da relatora e destacou os dispositivos das Leis nº 363 e nº 366 acerca das condições do imóvel. A Lei nº 363, ao tratar do IPCJ, estabelece que esse cadastro substitui o anterior e que compete à Administração zelar pela preservação do patrimônio histórico e cultural, acrescentando que os imóveis deveriam ser automaticamente incluídos no IPCJ. Destacou que é interesse do Município em manter a história das construções, não do contribuinte. O julgador Cristiano de Oliveira Schappo manteve seu voto de primeira instância, acompanhando a relatora. A julgadora Arli Zimpel compreende a situação de não ser um benefício ter um imóvel tombado, mas a garantia da isenção é o cadastro, o que não houve, por isso acompanhou a divergência. **Decisão:** Acordaram os membros da Junta Plena, por unanimidade de votos, pelo conhecimento do recurso e, no mérito, por maioria de votos (5x3), dar provimento ao recurso e desprovisionamento da remessa obrigatória, concedendo o benefício do desconto de 75% do IPTU dos anos de 2015 a 2017. **Processo SEI nº 24.0.181533-8 e 24.0.181585-0 em que é recorrente Talc Apoio Administrativo Ltda, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: Imunidade de ITBI.** O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra a defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovisionamento do recurso, acrescentando que a Tese do Município vem sendo reconhecida pelo TJSC. Após a fase de discussão, o relator fez a leitura do seu voto no sentido de dar provimento aos recursos para reconhecer a imunidade do ITBI sobre os imóveis de matrícula nº176.400 e 85.761 do 1º Registro de Imóveis integralizados ao seu capital social, e cancelar o ITBI lançado pela autoridade fiscal nos Pareceres nº 0021955125/2024 e 0021954589/2024/SEFAZ.UFT.ATI. Fundamentou que esse o caso em exame não é o caso de aplicação do Tema 796, ainda que o valor de mercado do imóvel objeto de integralização seja maior, porque a imunidade constitucional afasta a possibilidade de qualquer tributação pelo fisco. Passada a palavra à Dra Tamara Ramos Bornhausen, representante da contribuinte, onde manifestou-se defendendo que o valor integralizado foi conforme a declaração do IR, não houve aumento do capital social. Citou decisões recentes do STF, como o Agravo 1486056. Após a contribuinte, a Dra Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer. A julgadora Rosilaine Bokorni divergiu do relator por entender que o Tema 796 se aplica ao caso, cobrando-se o excedente, nos moldes do seu voto de primeira instância. O julgador Cristiano de Oliveira

ATA DA TRECENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO DA JUNTA PLENA

JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

Schappo acompanhou o relator. A julgadora Arli Zímpel acompanhou a divergência. A julgadora Jéssica Eiselt também acompanhou a divergência, justificando que não há precedente judicial neste sentido. O julgador Miqueas Libório de Jesus acompanhou a divergência e citou os acórdãos nº 52/2024 e 151/2024. A julgadora Denise da Silveira Peres de Aquino Costa acompanhou a relatora. A julgadora Priscila Zanghelini Gesser acompanhou a divergência, fundamentos das decisões nº 62/2025 e 63/2025 desta Casa.

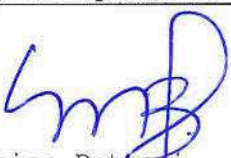
Decisão: Acordaram os membros da Junta Plena, por unanimidade de votos, pelo conhecimento do recurso e, no mérito, por maioria de votos (5x3), negar-lhe provimento. **Processo 2153/2022 - Protocolo nº 61571/2021, SEI nº 23.0.247664-0, em que é recorrente Metz Administração de Imóveis Próprios, sendo relator(a) Miqueas Libório de Jesus. Assunto: Não Incidência de IPTU de 2021 - impugnação das notificações de tributos nº 174 e 175/2021.** Neste processo a julgadora Simone Haritsch substituiu a julgadora Priscila Zanghelini Gesser, em razão de impedimento. O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra à defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento do recurso, por não ter conseguido cumprir os requisitos da Lei. Após a fase de discussão, o relator fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer do recurso voluntário, ante a sua tempestividade e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão pelos seus próprios fundamentos. Em seguida, o representante da contribuinte, Sr Eduardo Metz, destacou que faz parte dos produtos rurais, cumpre o papel social e junto aos órgãos SAMA e UDR. Acrescentou que é desempenhada uma atividade familiar há 40 anos produzindo na mesma localização e apresentam notas fiscais como produtores rurais. Por fim, defendeu que a Metz Administração de Imóveis Próprios se distingue da Boa Vista Plantas Ornamentais. Após o contribuinte, a Dra Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer. O julgador Osni Sidnei Munhoz acompanhou o relator, argumentando que o contribuinte não preencheu os requisitos, não apresentou contrato de comodato e notas fiscais do período. A julgadora Rosilaine Bokorni acompanhou o relator. O julgador Cristiano de Oliveira Schappo acompanhou o relator, especialmente na ausência de elementos, especificamente as notas fiscais. A julgadora Simone Haristch acompanhou relator. A julgadora Jéssica Eiselt acompanhou o relator pois o contribuinte não tem prova suficiente para comprovação da atividade rural. A julgadora Arli Zímpel acompanhou o relator com acréscimos do voto do julgador Cristiano de Oliveira Schappo. A julgadora Denise da Silveira Peres de Aquino Costa acompanhou o relator por não ter sido cumprido os requisitos. **Decisão:** Acordaram os membros da Junta Plena, por unanimidade de votos, pelo conhecimento do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. **Processo SEI 22.0.328937-0 em que é recorrente NC Comunicações S/A, sendo relator(a) Cristiano de Oliveira Schappo. Assunto: ISSQN.** Neste processo a julgadora Simone Haritsch substituiu o julgador Miqueas Libório de Jesus, em razão de impedimento. O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra à defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento. Após a fase de


ATA DA TRECENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO DA JUNTA PLENA

JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

discussão, o relator fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão proferida no julgamento de primeira instância, por seus próprios fundamentos. O contribuinte, devidamente cientificado, não compareceu à sessão. O julgador Osni Sidnei Munhoz acompanhou o relator, fundamentos da Apelação nº0301902-70.2018.8.24.0023. Os demais julgadores acompanharam o relator. **Decisão:** Acordaram os membros da Junta Plena, por unanimidade de votos, pelo conhecimento do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. **3 - Aprovação de Acórdãos:** **Acórdão 139/2025** - Processo SEI nº 25.0.133593-1 em que é reclamante Jaime Geraldo Pereira, sendo relator(a) Jéssica Eiselt. Assunto: Isenção de IPTU de 2015, 2016 e 2017. **Acórdão 140/2025** - Processo SEI nº 24.0.181533-8 em que é reclamante Talc Apoio Administrativo Ltda., sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: Imunidade de ITBI. **Acórdão 141/2025** - Processo SEI nº 24.0.181585-0 em que é reclamante Talc Apoio Administrativo Ltda., sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: Imunidade de ITBI. **Acórdão 142/2025** - Processo SEI nº 23.0.247664-0 em que é reclamante Metz Administração de imóveis Próprios, sendo relator (a) Miqueas Libório de Jesus. Assunto: Não incidência de IPTU de 2021 e Impugnação das Notificações nº 174 e 175/2021. **Acórdão 143/2025** - Processo SEI nº 22.0.328937-0 em que é reclamante NSC Comunicações S/A, sendo relator(a) Cristiano de Oliveira Schappo. Assunto: ISSQN. Nada mais havendo a tratar eu, Cláudia Miranda Daufenbach lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim, pelo Presidente da Junta Plena em exercício, Sr. Maico Bettoni, e demais presentes.

Joinville, 26 agosto de 2025.


Maico Bettoni
Presidente
(em exercício)


Cláudia Miranda Daufenbach
Secretária

Arli Zimpel _____

Cristiano de Oliveira Schappo _____

Denise da Silveira Peres de Aquino Costa _____


Francieli Cristini Schulz _____

Jéssica Eiselt _____

Miqueas Libório de Jesus _____

ATA DA TRECENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO DA JUNTA PLENA
JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

Osni Sidnei Munhoz _____
Priscila Zanghelini Gesser _____
Rosilaine Bokorni _____
Simone Haritsch _____

 CMA
maz